

HOWARD.DOC

## **Quando a lei sufoca a sociedade**

**José Pastore**

Em várias passagens do seu novo livro (**The Death of Common Sense**, New York: Warner Books, 1996, 213 pp., US\$10.99), Philip K. Howard pode ser confundido com um anarquista. Mas não é o caso. Ele sabe muito bem que uma sociedade sem lei é uma sociedade sem ordem.

Howard, que é advogado, argumenta que regulamentos demais é tão prejudicial quanto regulamentos de menos. **A Morte do Bom Senso** está repleto de exemplos sobre a "regulamentite" que domina a sociedade americana. No campo da saúde ocupacional, por exemplo, a agência que cuida do assunto (OSHA), em 25 anos, criou cerca de 4 mil normas super-detalhadas que mais atrapalham do que ajudam. Para preencher as guias de acompanhamento da OSHA, as empresas gastam 54 milhões de horas por ano o que, a US\$ 20 por hora, dá cerca de US\$ 1 bilhão anuais (p. 93). Tudo em vão. Cerca de 80% das normas estão sendo questionadas na justiça.

O mesmo está ocorrendo em relação ao meio ambiente. Os regulamentos anti-poluição já encheram dezessete volumes impressos em letra pequena. As indústrias estão sendo forçadas a se mudar para regiões longínquas. Em lugar de provocar a limpeza da área suja onde estão, elas criam uma nova área suja em lugares distantes. Os empregos desaparecem das cidades e os trabalhadores são obrigados a viajar grandes distâncias - o que acaba causando mais poluição (p. 8).

Citando Vaclav Havel, Howard diz que no comunismo, as pessoas não podiam agir sem autorização explícita da nomenclatura. Nas sociedades livres era o inverso: as pessoas podiam fazer o que desejavam a menos que isso fosse proibido. Com a atual invasão dos regulamentos, transplantou-se para as sociedades livres um verdadeiro sistema comunista em que, antes de se comportar, as pessoas precisam consultar leis e códigos super-detalhados (pp. 20-21).

Na concepção de Howard, a rigidez excessiva das leis e regulamentos inibe o uso da razão e do bom senso. A constituição americana, diz ele, é um exemplo de lei simples e flexível - muito mais curta do que as normas de uso do benzeno. A Constituição todo mundo entende, já dura mais de dois séculos, e tem sido pouco questionada.

Se os países continuarem a produzir regulamentos tão detalhados, o que será do futuro? O Diário Oficial americano da década de 60 imprimia 15 mil páginas anuais de leis e regulamentos. Hoje, imprime mais de 70 mil! Para evitar as condutas discriminatórias, a agência especializada nesse campo (EPA) criou 10 mil páginas de regulamentos que, no fundo, estão produzindo muitos efeitos contra o interesse público (p. 32). Howard narra o caso de um pai que foi impedido de entrar no cinema por estar acompanhado do seu filho de 2 anos. Ele moveu uma ação e ganhou, argumentando que o cinema praticou "discriminação por idade" contra o garoto. Voltou ao mesmo cinema, entrou, e a criança perturbou as 300 pessoas que queriam ver o filme em paz, sem nada poder fazer (p. 117). Em casos como esses, a liberdade se confunde com poder (p. 120).

O pior é que muitos desejam especificar ainda mais os regulamentos. O detalhismo já chegou ao extremo. As leis federais e as normas regulamentadoras somam 100 milhões de palavras! (p. 26). Basta, diz Howard. Até mesmo os juizes estão pedindo simplificação.

Sistemas muito detalhados em nível alto (estadual, federal) induzem o conflito em lugar de favorecer o entendimento. As leis dos direitos civis, por exemplo, deveriam ter trazido mais integração entre os americanos. Mas é o contrário. O contencioso nessa área aumentou 2.200% depois da aprovação daquelas leis (p. 134). Os americanos são um povo muito litigante. O detalhismo destruiu a cooperação (p. 49).

Howard destaca algumas exceções. Ele mostra que a base monetária e da taxa de juros têm controles super-eficientes. Para tanto, o Federal Reserve Board se utiliza de poucas regras e muito bom senso.

O detalhismo não garante eficiência. A lista de produtos tóxicos elaborada pela OSHA já chegou a 600 mil e não para de crescer (p.37). Como se podia esperar, ela é pouco respeitada. Como podem as pessoas seguir regras que não conhecem? (p. 30). E o custo disso? Há normas de proteção ambiental que custam 100 milhões de dólares para salvar uma vida (p. 47). Isso está certo?

No mundo real, diz o Autor, as pessoas usam critérios mais simples para viver. Elas inventam, emprestam e adaptam. Os regulamentos minuciosos, ao tentar assegurar que nada seja feito de errado, acabam inibindo a

criatividade. As pessoas deixam de fazer o que desejam (p. 42).

Regulamentos detalhados geram mais custos do que benefícios; exigem burocracias imensas; e estimulam a indústria advocatícia que vive do conflito. De fato, para os advogados espertos nada melhor do que leis bem detalhadas (p. 43). Essa é a melhor maneira de encontrar saídas. Para fiscais corruptos é a mesma coisa. A lei do imposto de renda dos Estados Unidos tem 36 mil páginas e é a maior fonte de escapatórias, aliás, muito bem usadas pelas empresas de "planejamento tributário" e pelos bilionários (p. 43).

Ademais, o detalhismo torna os funcionários avessos ao risco. Ninguém quer assumir nada. Na dúvida, eles sugerem logo uma comissão de inquérito. Na indecisão, a comissão de inquérito sugere uma sindicância administrativa. No impasse, a comissão de sindicância manda o caso para a justiça. Isso tudo precipita a morte da responsabilidade (p. 82). A responsabilidade, defende o Autor, não é um conceito grupal mas sim pessoal. São as pessoas que, individualmente, precisam assumir responsabilidades (p. 109).

Howard não propõe a destruição do sistema legal. Mas ele clama por uma acomodação. Ele sonha com leis e regulamentos gerais que preservem o bom senso. O Autor argumenta que nenhuma lei deveria ser aprovada sem um cálculo detalhado do seu custo para a sociedade. Os Estados Unidos chegaram ao pior dos dois mundos: montaram um sistema de regulação que custa muito e protege pouco (p. 11).

**A Morte do Bom Senso** é um livro provocativo. Tirando alguns exageros, o trabalho de Philip K. Howard merece ser lido. Escrito em linguagem simples e atraente, seus exemplos se aplicam muito bem à "regulamentite" brasileira. Não tem cabimento constar da nossa Carta Magna o valor da hora extra, da taxa de juros e outras preciosidades. O que se pode esperar desse detalhismo? Descumprimento e conflito. Bom para os advogados.